

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.659.106 - SP (2020/0026243-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : VINICIUS GARCIA OCHI 41626995850
OUTRO NOME : AKIO SUSHI LOUNGE
ADVOGADOS : ADALBERTO GRIFFO JÚNIOR - SP260068
FÁBIO WICHR GENOVEZ - SP262374
ISABELA DE PÁDUA NASCIMENTO - SP361057
AGRAVADO : IGLU COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
ADVOGADO : JOSUE DIAS PEITL - SP124258

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por VINICIUS GARCIA OCHI, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO - RETRATAÇÃO DENEGADA -
VEÍCULO DESTINADO AO USO DE PESSOA PORTADORA DE
DEFICIÊNCIA FÍSICA COMPROVAÇÃO - INOCORRÊNCIA -
CONSTRUÇÃO DE DIREITOS EXISTENTE - GRAVAME
FIDUCIÁRIO - RECURSO NÃO PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta dissídio jurisprudencial, ao argumento de que, em razão do veículo não ser de propriedade da empresa recorrente, a penhora não deveria subsistir (fls. 204-206).

Quanto à segunda controvérsia, igualmente pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta dissídio jurisprudencial, ao argumento de que seria imprescindível o uso do veículo em razão de o usuário ser portador de deficiência física.

É o relatório. Decido.

Quanto a **ambas as controvérsias**, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de

Superior Tribunal de Justiça

que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ademais, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente